

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: LGBTFOBIA PARA A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE HETEROCÊNTRICA

Márcio de Oliveira Mendes¹

RESUMO: Considerando o Brasil como o país que mais mata LGBTs no mundo e um dos mais violentos para as mulheres, a importância de discutir sobre os estudos de gênero e sexualidade na educação se faz urgente. Contudo o tema é alvo do conservadorismo, presente tanto no âmbito das religiões, como na política brasileira. A presente comunicação analisa como a estrutura LGBTfóbica é essencial para a manutenção de um discurso e agenda heteronormativa. Com isso, pretende-se dimensionar o impacto dessas práticas conservadoras no âmbito educação. Por fim, apresenta-se a trajetória dos estudos de gênero e sexualidade da modernidade a contemporaneidade, e demonstra como esses conceitos tornam-se mecanismos de exclusão e desigualdades sociais dentro e fora das instituições pedagógicas e qual o papel dos agentes educadores nesse processo.

Os debates de gênero e sexualidade na contemporaneidade já são uma realidade em diversas práticas educativas ao redor do mundo, porém o Brasil vive um momento onde há uma dificuldade em debater o tema nas escolas. Posto isso, coloca-se uma barreira na prática educacional na escola enquanto lugar de aprendizagem e o sujeito. Sujeito esse que é sexualizado e está em processo de descoberta. E isso é uma função da escola junto da sociedade e dos pais debaterem este tema, ajudando jovens em construção a se encontrarem enquanto indivíduos dentro do gênero e sexualidade.

Falar em sexualidade na educação parece ser um dos maiores tabus da sociedade brasileira atualmente. Alvo de movimentos conservadores, seja pelo discurso fundamentalista de políticos de advém dos ramos mais ortodoxos, tanto da igreja quanto do movimento militar. É possível falar de gênero e sexualidade na escola brasileira contemporânea? Essa é uma pergunta que me permeia desde que decidi fazer o curso de Pedagogia em 2014.

É notório que a educação brasileira parece viver no século XIX. Salas enfileiradas, professor como detentor de todo o saber, "alunos" desinteressados vivendo em um mundo com uma produção de informação ágil, que tem como conjuntura a “construção de verdades” mudam rapidamente e de acordo com que a produz e para qual finalidade. As

¹ Márcio de Oliveira Mendes é graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: marciomendes@icloud.com

estruturas pedagógicas brasileiras, em certa medida, não acompanharam as novas modalidades de interação e produção de saberes. Estratificando-se num modelo suficientemente antiquado e que, de certa forma, não consegue construir uma relação entre saber e indivíduo, e, principalmente, na transformação do indivíduo a partir desses saberes.

Em 2018, o livro "Pedagogia do Oprimido" completou 50 anos. E o que mudou de lá para cá? A elite brasileira tacanha hoje mataria Paulo Freire de novo. Ainda que os filhos da elite tenham acesso a uma educação mais crítica que os filhos dos mais pobres, o ideal freiriano de pensar a educação como ferramenta para a construção de uma sociedade mais democrática ficou no livro.

Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. (FREIRE, 2015, p.41)

O que Freire tece neste parágrafo é que há uma estrutura de oprimidos e opressores, que é separado por uma relação de poder e de classe. Aqueles que detém um determinado poder e são privilegiados, mesmo tendo uma educação crítica, como sugerida por Paulo Freire, esta educação não será forte o suficiente para superar as desigualdades, pois é necessário a participação dos oprimidos como protagonistas dessa revolução. O projeto de uma sociedade calada e conformada é a que vence. A educação, apesar de desvalorizada pelas políticas públicas é de extrema importância para a manutenção do *status quo*. Ela – a educação - alvo de projetos de grandes empresas que nada mais querem formar mão de obra qualificada, mas não pensadores críticos de seu trabalho.

O movimento contrário a Paulo Freire ganha novos contornos, quando parte da elite brasileira e estrangeira começaram a se incomodar com a ascensão de governos de esquerda na América Latina. No Brasil, nas décadas de 2000 e 2010, muitos pobres ascenderam, houve reformas importantes na educação superior, como a expansão das universidades federais pelo interior e com a implementação e ampliação das ações afirmativas socioeconômicas.

Com o levante conservador ultraliberal, a pauta sobre a importância dos direitos humanos é posta em debate. "O sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise,

produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares" (Löwy, 2015). Com isso, estrutura-se espaços para discursos racistas, LGBTfóbicos, xenófobos e neoliberais/conservadores em diversas plataformas de comunicação, tendo a internet e, principalmente, as redes sociais um certo protagonismo para a ascensão de discursos discriminatórios que envolvem as minorias de modo geral.

Para algumas correntes da esquerda que vêem a extrema-direita como nada mais do que um efeito colateral da crise e do desemprego, são essas as causas que devem ser atacadas, e não o fenômeno fascista propriamente dito. Tal raciocínio tipicamente economicista desarmou a esquerda diante da ofensiva ideológica racista, xenofóbica e nacionalista da extrema-direita. (LÖWY, 2015)

A comunidade LGBTTTQIA+², educadores e estudiosos de gênero e sexualidade vem sendo alvos desse movimento conservador, que diz que estamos tentando impor uma “ideologia de gênero” que resultaria no incentivo ao “homossexualismo”, a mistura dos sexos, a promiscuidade e o fim da família tradicional. Essa falácia, no entanto, aparece com mais força no Brasil em 2011 quando estava prestes a serem impressos um material intitulado “Escola Sem Homofobia”. Esse material foi intitulado por setores conservadores da sociedade como “Kit Gay”. O projeto escola sem homofobia, na realidade, era apenas um material que nortearia os educadores quanto ao modo como tratar assuntos sobre homofobia, e tinha como finalidade combater a violência e preconceito contra a população LGBT. Ele foi idealizado em 2004, mas o ataque somente fora implementado em 2011, sendo liderado pela bancada neopentecostal no Congresso.

Em 2004 também engatinhava, o que futuramente seria chamado de projeto Escola Sem Partido. Uma ideia equivocada do advogado Miguel Nagib que, em 2014, foi endossada pelo então deputado Flávio Bolsonaro. Começava aí uma batalha dos educadores contra um movimento que teria como um dos principais alvos a discussão de gênero e sexualidade na educação. Ainda que o projeto Escola Sem Partido não tenha sido aprovado, seus "ideais" adentraram na realidade escolar por meio de perseguição e controle sobre o conteúdo aplicado.

Nos dias atuais passamos por um agravamento do discurso conservador proveniente de instituições religiosas ligadas a política e aos movimentos políticos liberais que usam o discurso conservador para influenciar os indivíduos nas suas posições políticas, sob o dito discurso anticorrupção e a supervalorização da estrutura patriarcal da

² LGBTTTQIA+ é a sigla que abrange as lésbicas, os gays, xs bissexuais, xs transgeneros, as travestis, xs queers, xs intersexs e xs assexuadx.

suposta família tradicional. Com o intuito de conter o avanço dos movimentos sociais que vislumbram uma sociedade mais justa no que concerne a redução das desigualdades e espaço para as ditas minorias raciais, sexuais e etc.

É importante ter em mente que não podemos falar de classes sem que os sujeitos, diante de outros grupos, por meio de procedimentos de lutas culturais, penetrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que transformem as relações de classe legadas, já existentes (THOMPSON, 2002). O embate de Thompson com marxistas ortodoxos nos trás a importância de salientar que as pautas identitárias, ditas por eles como meio pelo qual a luta de classe é pulverizada por diversos movimentos diferentes, nos trás a importância da reflexão acerca do tema que fecha os olhos ao movimento negro, LGBTTQIA+, feminismo como tantos outros. Tais demandas torna a luta de classe mais ampla, pois, é sabido que a classe atravessa todas essas bandeiras. Em pensar que no Brasil, negrxs tem classe, e elxs em sua maioria são pobres, fruto de uma desigualdade herdada de séculos de exploração e violência e agora, através do discurso conservador, mascarado por uma dita miscigenação brasileira. O olhar branco, heteronormativo⁴, eurocêntrico sobre a luta de classes limita no dialogo entre os movimentos.

Tal como tece Angela Davis, feminista, militante do movimento negrx e marxista em seu livro “Mulheres, Raça e Classe, ao fazer uma análise teórica, crítica e densa das variadas contradições expressadas nas sociedades baseadas em classes, diz que uma política, feminista e verdadeira deve lutar contra qualquer opressão, estabelecendo uma rede entrelaçada entre racismo, sexismo e capitalismo. Combatendo assim toda forma de divisão que atrapalhe o caráter revolucionário.

Apesar de estarmos passando por tempos sombrios no que se refere ao contexto político brasileiro e internacional, é importante que nos fortaleçamos enquanto coletivo frente aos ataques constantes nos direitos das minorias.

Enquanto esse trabalho é escrito, a educação superior vem sendo alvo de cortes de verbas, sobre o pretexto de que as universidades não apresentariam desempenho acadêmico esperado e estavam promovendo “balburdia”. Inicialmente a Universidade Federal Fluminense, Universidade de Brasília e Universidade Federal da Bahia. Posteriormente, o atual Ministro da Educação, enquanto é escrita essa monografia, dada as trocas constantes de nomes nos ministérios não é seguro que esteja como ministro em um futuro próximo, Abraham Weintraub, voltou atrás e disse que os cortes atingiram todas as universidades. Tal retrocesso na atitude do ministro, acabou por elencar essas

universidades como as que apresentam os mais efervescentes movimentos contra o governo Bolsonaro, que critica duramente os cursos de humanas as quais promovem um debate mais profundo acerca da política nacional.

Para justificar os cortes na educação superior, o Ministério da Educação lançou o projeto Future-se, que impõe as universidades federais procurar recursos privados para seu sustento. O governo Bolsonaro, também, indicou que as bolsas para a pós-graduação passarão por um filtro de “relevância”, deixando de lado os cursos de ciências humanas.

Dado a importância da pesquisa e universidades públicas, Brasil é um dos países que menos investem em estudantes de graduação. É muito importante que defendamos o caráter público e gratuito da universidade. Tornar as universidades públicas pagas pode ser um cavalo de troia para que futuramente ela seja totalmente paga, e os pobres tenham menos acesso, assim ampliando as desigualdades sociais.

Outro assunto importante que não podemos deixar passar é a questão da laicidade dentro das universidades e a sua importância para o desenvolvimento científico. Um debate que tem estado dentro e fora dos muros das universidades públicas. A polêmica entre ciência e religião. O real debate deve ser entre ciência e dogma. A ciência não pode ser tratada de modo apático pela rigidez dos dogmas e das religiões. O fundamentalismo do dogma e de qualquer religião, que se põe como superior, principalmente pelo diferente, não faz sentido em um ambiente universal, podendo ser um empecilho ao desenvolvimento social, resultado de pesquisas científicas do campo das ciências humanas. Recentemente, o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, criticou o Supremo Tribunal Superior, acusando de estarem “legislando” ao tratar de temas como a criminalização da homofobia e propôs um ministro evangélico para a corte.

O Supremo Tribunal Federal agora está discutindo se homofobia pode ser tipificada como racismo. Desculpem, ministros do supremo tribunal federal, a quem eu respeito, e jamais atacaria um outro Poder. Mas, ao que parece, estão legislando. O Estado é laico, mas eu sou cristão. Como todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, existe algum, entre os 11 ministros, evangélico, cristão assumido? Não me vem à imprensa dizer que quero misturar Justiça com religião. Será que não está na hora de termos um ministro do Supremo Tribunal Federal evangélico? disse o presidente da república.³

Esse é um exemplo da profunda crise ética que o Brasil está passando no que concerne a laicidade do estado. Alguns assuntos são tabus para serem tratados no

³ <https://www.revistaforum.com.br/o-estado-e-laico-mas-eu-sou-cristao-diz-bolsonaro-ao-proporministro-evangelico-para-o-stf/>

legislativo. A criminalização da homofobia e o direito da mulher ao aborto são temas que superaram a opinião pública, e devem ser tratados com seriedade e com base científica para proteger essa população oprimida por uma sociedade LGBTfóbica e misógina.

No campo da educação básica, não é de hoje que a escola pública foi o meio para obtenção de subsídios públicos pela igreja católica, e posteriormente pelo empresariado. Agora, a mais esdrúxula foi a entrega de sua gestão às corporações militares. Sob o argumento baseado em sensacionalismo midiático a cerca da violência e a falta de “respeito” por partes dos estudantes aos professores.

A vida escolar dos estudantes é profundamente alterada e o processo de aprendizado é sucedido a normas rígidas de comportamento da repressão. Do uniforme, das cores de esmalte das meninas, dos cortes de cabelos de militar para meninos, bater continência ao chegar na escola, entre outros. No currículo é incluído aula de educação física militar e “prevenção” às drogas.

vamos ter uma marcação do normal e do anormal, vamos ter uma marcação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização consistirá em fazer jogar uns em relação aos outros estas diferentes distribuições de normalidade e a fazer de modo que os mais desfavoráveis sejam conduzidos àqueles que são os mais favoráveis. Temos então aqui algo que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas como mais normais que as outras, mais favoráveis, em todo caso, que as outras (FOUCAULT, 2004, p. 65).

Com a militarização dessas escolas públicas, o quadro docente foi alterado para além dos professores da rede estadual, policiais militares com licenciaturas específicas. Olhar, pedagogicamente, a militarização das escolas públicas é vê-las em como se apoiam na velha concepção de educação do século XX, como a sugerida por Durkheim em “A Educação Moral”⁴, o professor de pedagogia francês

Aponta que as crianças não fariam senão reproduzir um traço das sociedades primitivas. Como os selvagens, as crianças estão sob o domínio das paixões que as torna impotentes à contenção. É preciso constituir através da educação os estágios originais que não estão formados nas crianças. A criança pertence ao domínio das paixões e habita entre os selvagens. Entre ela e os adultos normais há o fosso da mais radical dicotomia e polarização. Há que sufocar e cortar a sua curiosidade, sua mobilidade, vivacidade e imaginação. Há que instigar a obediência que o dispositivo pedagógico transformará em espírito de disciplina. Suas tendências serão vigiadas, medidas, avaliadas, instigadas e fortalecidas aos moldes do adulto civilizado. (LUCENA, 2010, p. 302)

⁴ LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010

A escola pública que já carece de tanta atenção do estado, seja pela falta de valorização dos professores ou medidas para que o espaço escolar seja atraente para os estudantes. Sofre, com uma educação pautadas em práticas que remetem ao XIX, mesmo antes de militariza-las. O estado e o privado veem a educação pública como o meio de reproduzir as desigualdades sociais.

As descrições e as propostas de emancipação intelectual podem entrar em jogo e ajudar-nos a reformular o problema. Pois essa mediação autoevanescente não é algo desconhecido para nós. É a própria lógica da relação pedagógica: o papel atribuído ao mestre é o de eliminar a distância entre seu saber e a ignorância do ignorante. Suas lições e os exercícios que ele tem a finalidade de reduzir, progressivamente o abismo que os separa. Infelizmente, ele só pode reduzir a distância com a condição de recriá-la incessantemente. Para substituir a ignorância pelo saber, ele deve sempre dar um passo à frente e repor entre si e o aluno uma ignorância nova. A razão disso é simples. Na lógica pedagógica, o ignorante não é apenas aquele que ainda ignora o que o mestre sabe. É aquele que não sabe o que ignora nem como o saber. O mestre, por sua vez, não é apenas aquele que tem o saber ignorado pelo ignorante. É também aquele que sabe torná-lo objeto de saber, o momento de fazê-lo e que protocolo seguir para isso. (RANCIÈRE, 2014, p. 13.)

Passamos por um momento de desmonte do que é público, do que é para o bem comum da sociedade brasileira. Estamos acompanhando de mãos atadas o fim de direitos básicos, o aumento da miséria e a desigualdade social. A verdadeira balbúrdia está no próprio governo federal, que toma medidas sem fundamento. Assim é possível entender o desprezo pelas pesquisas científicas.

Enxergo no Brasil deste final de década (2019) a tese da perversidade, na análise de Hirschman (1992), “qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social, ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar”. Para eles (os liberais conservadores que elegeram o atual governo), cota racial e econômica atrapalha porque afasta seus filhos da universidade pública, que é a referência no ensino superior, a qual a classe média sempre almejou.

Por isso é importante lutarmos pela defesa da autonomia não só das universidades públicas, mas também do professor da educação básica. Defender uma educação universal, pública, gratuita e laica.

A educação tem sido um dos alvos mais importantes na disseminação dos discursos conservadores, como por exemplo pela omissão do Estado frente às políticas públicas que não protegem os estudantes LGBTs, das violências físicas e psicológicas. Para que consigamos proteger esses estudantes, precisamos estar preparados teoricamente para defendê-los, não só no espaço escolar, como também em qualquer outro lugar. Para

tal, precisamos afrontar os argumentos fracos dos conservadores.

Precisamos entender que os conceitos de gênero e sexualidade são distintos a priori. É comum ouvirmos pessoas dizerem que mulher é submissa ao homem, que ter uma filha mulher é uma “fraquejada”, como disse o atual presidente da republica Jair Bolsonaro e como um pai em Pernambuco matou sua filha de 5 meses por não aceitar o fato dela ter nascido uma “menina”.

Segundo um levantamento feito pelo Datafolha, encomendado pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil e divulgado em fevereiro de 2019. Em 1 ano, 1.6 milhão de mulheres sofreram tentativa de estrangulamento ou foram espancadas no Brasil. 37.1% das brasileiras (22 milhões) foram vitima de assédio. 42% dos casos ocorreram dentro de casa. 52% das mulheres decidiram não denunciar o agressor ou não procurou ajuda.

Engana-se quem pensa que a origem da opressão sofrida pelas mulheres difere do sofrimento dos LGBTs. Quando uma mulher trans, é considerada um homem vestido de mulher; ou uma mulher lésbica na realidade é tida como querer se comportar como homem ou apenas objeto de desejo para a satisfação do homem; que uma criança não pode usar determinada cor de roupa, porque essa atitude definiria a orientação sexual dela futuramente, atribuindo o azul para os meninos e rosa para meninas, como disse Damares Alves, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro. A LGBTfobia atinge inclusive quem não faz parte da comunidade LGBT, como o caso Pai abraça filho e é agredido por homofóbicos em SP.

Essas confusões ocorrem porque no senso comum, gênero e sexualidade são uma coisa só, que acabam por estigmatizar e tornar marginais os LGBTs e inferiorizar as mulheres.

Sujeitos masculinos ou feminino podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível ficar um momento - seja o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ter tomado como aquele em que a identidade sexual e ou a identidade de gênero seja assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 2017, p. 31)

Somente com o aprofundamento dos estudos das ciências sociais que o conceito gênero foi ampliado e apresentado como uma categoria de análise. Ou seja, a partir daí o

conceito de gênero foi utilizado, por exemplo, para analisar os papéis atribuídos socialmente ao que é feminino e ao que é masculino.

Criminalizar a LGBTfobia, de fato tem um impacto no cotidiano e nos direitos dos homossexuais, assim como a lei que tornou crime o racismo, no entanto, ela não resolve. Vivemos em um país racista, mesmo com leis que protejam os negros. Apesar de desencorajar os racistas de praticarem o racismo diretamente, ele continua enraizado nas práticas cotidianas, seja pela máquina mortífera do estado através da policia, seja pelo racismo nosso do dia-dia nas desigualdades de acesso em diversas esferas da sociedade.

Para a ideologia liberal, o Estado deve simplesmente garantir o exercício da liberdade homossexual, exclusivamente, nos limites da intimidade; em compensação, tratando-se dos indivíduos heterossexuais, sua vida íntima – em particular, a vida de casal e de família – supera amplamente esfera privada, obtendo o reconhecimento e a proteção específica do próprio Estado, que assume o dever de sua garantia. Enquanto os casais heterossexuais tornam-se verdadeiros beneficiários dos direitos conjugais, sociais, patrimoniais, sucessórios, extrapatrimoniais, familiares, as uniões entre pessoas do mesmo sexo são convidadas a permanecer na discrição de sua intimidade. (BORRILLO, 2015, p. 77)

Compreendo que com os LGBTs será o mesmo, sendo renegados a sua vivência marginal na vida pública, pertencente aos heterossexuais. Quando um casal gay ou lésbica se expõe é diminuído como militantes provocadores. Ou seja, voltamos (ou continuamos sendo) os velhos pecadores do século XIII, porque a sociedade continua julgando qualquer tentativa de mexer nas estruturas tradicionais e conservadoras. Seja por meio da luta de classes, do movimento negro, movimento LGBT, movimento feminista, entre outros. Não somos queimados mais pela Igreja, mas somos violentados física e psicologicamente. Em casos extremos, mas não raros, o ódio construído pela tradição judaico-cristã mata os LGBTs, pelas mãos daqueles que também são vítimas dessa sociedade opressora, que nega a educação como espaço de construção de indivíduos críticos e cientes da realidade que os cercam e continua dando valor ao contraditório e velho divino e natural das religiões cristãs, ignorando os próprios preceitos liberais como a laicidade do estado.

Mas, será que o estado é laico de fato? Não seria a religião um dos principais ou o principal instrumento de poder ainda na contemporaneidade?

Ainda que tentem dissociar o liberalismo no campo econômico ou social do conservadorismo, os dois andam de mãos dadas, pois eles não aceitam de fato uma mudança nessas estruturas opressoras.

Ser militante não deveria ser tratado como algo ruim como vivemos no passado e hoje ainda. Quando uma universidade pública é penalizada por dar espaço a pluralidade de visões de mundo e é chamada de espaço de balbúrdia, nós entendemos o quanto temos de luta pela frente. Deus vigiando cada passo e o medo do inferno como mecanismo de controle social, semelhante ao Panóptico, que apesar de ser uma estrutura arquitetônica, usa a lógica do cristianismo para rondar o comportamento dos “desviante”.

Este espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos em um lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído(...) tudo isso constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 2017. p. 163).

A crítica a ciência é a faceta principal da geração da pós-verdade, construída dentro da sociedade dependente das redes sociais. O algoritmo do Facebook, que seleciona para que vejamos apenas o que nos interessa, reverbera um mundo onde a separação do divino e saber não foi muito bem conquistada. As redes sociais como aparelhos de produção de discurso que se pretende se apresentar como verdade, porém ele não tem alicerces científicos, seja ele filosófico, sociológico ou de qualquer instância de produção de saber. Rebatendo a verdade científica e criando a verdade baseada a partir de um senso comum religioso, ao mesmo tempo reverberando o *status quo* da nossa sociedade. Porém, é nas redes sociais que esse discurso religioso e conservador se replica.

Tanto o sexo, gênero e sexualidade são alguns dos mecanismos onde a sociedade burguesa impõe seu poderio. É dentro dessa sociedade heterocêntrica, onde os homens cisgênero heterossexuais são exaltados, tudo que é desviante a esse padrão é marginalizado, seja pela identidade de gênero, seja por sua sexualidade. A mulher cis também deriva ao redor desse homem heterossexual, pois na lógica burguesa a mulher é objeto para reprodução humana.

E é com o argumento de que o sexo é para a reprodução, encucado pelas religiões monoteístas que a homofobia é estabelecida e posteriormente levada de volta à luz, não para sua libertação, mas para sua patologização. Algo superado muito recentemente, embora muitas religiões usem esse argumento para tentar “curar” a homossexualidade.

Ainda que o judiciário pontualmente crie leis para proteger os LGBTQIA+, o ideal liberal de separação do público e do privado, não tira totalmente do armário os LGBTs, pois apesar de serem criadas leis contra LGBTfobia, a sociedade ainda entende que a

heterossexualidade cis é o normativo. A eles (os heteronormativos) o espaço público é de acolhimento. Aos LGBTs não é bem vista a socialização, apenas espaço no campo privado. Ao LGBT que não quer saber de armário, o rótulo de militante radical lhe é colado. Ainda que a militância não seja um defeito dentro da lógica de quem tem um olhar de fora crítico a essa dinâmica.

Apesar da burguesia ter levantado a bandeira do estado laico, a religião continua sendo a engrenagem que legitima o discurso que reproduz as desigualdades sociais. Seja de gênero, sexualidade, raça ou classe. Isso demonstra que o Estado se separa convenientemente da religião para implementar seus avanços na ciência, principalmente no que concerne a tecnologias que aceleram a produção no capitalismo, mas ele deixa uma brecha para a religião cristã conservar o status quo, pois é sob a lógica do ideal judaico-cristão, que o capitalismo mantém a sociedade em modo de alienação e sob vigia do medo da punição eterna do inferno.

Isso posto, a educação se torna um dos alvos principais do conservadorismo, pois é por ela que é possível a superação das desigualdades sociais, através do fortalecimento do pensamento crítico. Por isso o Movimento Escola Sem Partido é tão importante tanto para as religiões, como para o estado que está a serviço do capitalismo em meio essa a essa economia liberal burguesa. Assim, torna-se necessário pensar os mecanismos e estratégias possíveis para enfrentar esses dispositivos discursivos e imagéticos que atentam contra o debate e sobre as vidas dos indivíduos que se desvinculam da estrutura heteronormativa/patriarcal da nossa sociedade.

Posto isso, a questão que impera é, na verdade, entender se realmente há uma laicidade no âmbito do Estado, que possa garantir assim um debate profícuo sobre diversos temas, entre eles o debate sobre gênero e sexualidade dentro dos espaços de formação escolar, por exemplo. Contudo, diante do cenário brasileiro atual, vemos que as engrenagens que movem os dispositivos de poder do Estado, incluindo sua produção de discursos, fora cooptada para outros fins diversos que atentam contra a liberdade individual dentro de um estado democrático de direito. Assim, cabe atentar sobre se, de fato, houve (ou há) uma separação entre Estado e Religião, porém o que nos atentamos ao longo dessa monografia foi, infelizmente, o contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **2017**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.

Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

LÖWY, Michel. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serv.

Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015

LUCENA, Carlos. **O pensamento educacional de Émile Durkheim**. In: Revista

HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O Espectador Emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.